

**1 ATA DA REUNIÃO DO EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE GRADUAÇÃO,  
2 REALIZADA NO DIA 10 DE ABRIL DE 2001, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA  
3 MINUTOS, NA SALA DO CONSELHO SUPERIOR, NA REITORIA.**

4 Aos dez dias do mês de abril de dois mil e um, às quatorze horas e trinta minutos,  
5 na Sala do Conselho Superior, na Reitoria, foi realizada reunião extraordinária do  
6 Conselho Setorial de Graduação, regimentalmente convocado, sob a presidência  
7 do Senhor Pró-Reitor de Graduação, professor Edson Vieira da Fonseca Faria e  
8 com a presença dos Conselheiros Aloísio Antonio Siqueira Marques, Ana  
9 Bernadete da Silva Rocha, André Arbex Hallack, Arlete Maria Moreira do Amaral,  
10 Bernadete Maria de Sousa, Brenno Gomes Nunes, Carlos Elízio Barral Ferreira,  
11 Clauberg Fonseca dos Reis, Clésio Castro da Silva, Cléverson Raimundo Sbarzi  
12 Guedes, Denise Barros Weiss, Eleuza Maria Rodrigues Barboza, Flávio Sereno  
13 Cardoso, Geysa Silva, Ignácio José Godinho Delgado, João Batista Picinini  
14 Teixeira, José Acácio de Barros, José Alberto Barroso Castanõn, Juari da Fonseca  
15 Almeida, Juliana Anacleto dos Santos, Kleber Ramos de Queiroz, Lourival Batista  
16 de Oliveira Júnior, Lucas da Silva Simeão, Marco Polo Germano de Moraes, Maria  
17 dos Remédios Silva de Alencar, Maria Julieta Ventura Carvalho de Araujo, Marilene  
18 S. dos Santos de Sansão, Mariluce Aparecida Jacob de Oliveira, Mário José dos  
19 Santos, Mônica de Lourdes Araújo Silva, Newton Damião dos Reis, Oscarina da  
20 Silva Ezequiel, Ricardo Cristófaró, Rogério Lustosa Bastos, Roselene Perlatto Bom  
21 Jardim, Terezinha Noemides Pires Alves de Sousa, Vanderli Fava de Oliveira,  
22 Vanusa Caiafa Caetano e Viviane Souza Pereira. Foram justificadas as ausências  
23 dos Conselheiros Edna Ribeiro Hernandez Martin, Elen Pinheiro Affonso, Michel  
24 Heluey Fortuna e Rosângela Almeida Ribeiro. O Senhor Presidente iniciou a  
25 reunião dando votos de boas vindas aos Conselheiros Kleber Ramos de Queiroz,  
26 José Acácio de Barros, aos novos representantes discentes e técnico-  
27 administrativos. O Presidente informou que esta reunião tem como assunto  
28 específico, a Regulamentação dos Programas de Ingresso da UFJF. Relatou que,  
29 em 1999, a UFJF criou, através da Resolução nº 18/99, o Programa de Ingresso  
30 Seletivo Misto e ao final deste ano será a conclusão do primeiro ciclo, com a  
31 realização do III módulo. Ao longo de todo o tempo, tem-se procurado discutir a  
32 realização deste programa, com o objetivo de promover uma efetiva integração  
33 entre o ensino médio e o ensino superior e o que será apresentado aqui é produto  
34 da discussão das Comissões Mistas, passando a apresentação das propostas  
35 contidas no relatório que as referidas Comissões elaboraram para o PISM. A  
36 proposta que vier a ser aprovada será implantada para o módulo I, a ser realizado  
37 no final deste ano. Informou que as Comissões Mistas foram constituídas por 2  
38 representantes da rede pública de ensino, 2 representantes da rede particular de  
39 ensino, por representantes da UFJF e as presidências foram indicadas pela Pró-  
40 Reitoria de Graduação. Prosseguiu fazendo a leitura de parte do relatório final e  
41 sintetizou: O PISM, ao invés de ser realizado apenas com questões abertas, terá  
42 também questões fechadas, cada parte correspondendo a 50% e suprime-se os  
43 pesos diferenciados para cada módulo; mantém-se o que já existe do PISM,  
44 acrescenta-se uma prova de 64 questões de múltipla escolha e o tempo para  
45 execução das provas permanece o mesmo que já existe e 3 horas e meia para a  
46 prova de múltipla escolha. O Presidente perguntou se a proposta estava clara para  
47 os Conselheiros. A Conselheira Juliana Anacleto dos Santos pediu para explicitar  
48 melhor a proposta. O Presidente esclareceu as atribuições e a natureza das  
49 Comissões, o histórico e as propostas apresentadas pelas Comissões. O  
50 Conselheiro Lourival Batista de Oliveira Júnior perguntou se a Comissão relatou o  
51 objetivo de acrescentar mais uma prova e o Presidente informou que várias vezes  
52 as escolas destacaram que 2 questões são insuficientes para avaliar o aluno e, se  
53 aprovado desta forma, serão 10 questões para cada conteúdo, sendo 2 discursivas  
54 e 8 de múltipla escolha. A Conselheira Maria dos Remédios Silva de Alencar disse



1 que não se sente esclarecida para votar por não ter recebido esta proposta por  
2 escrito. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira considerou válida a inclusão da  
3 nova prova, mas 64 questões de conteúdos diferentes num único dia e com peso  
4 de 50%, pode ser complicado, considerando mais adequado colocar as 16  
5 questões de múltipla escolha junto com as 4 questões discursivas. O Conselheiro  
6 Brenno Gomes Nunes perguntou o porque de não se incluir a língua estrangeira. O  
7 Presidente informou que, na concepção original do PISM, optou-se por não incluir  
8 porque era uma seleção social e não acadêmica, a lei determina que é obrigatório  
9 o ensino de língua estrangeira a partir da 5ª série e acrescentou que no final do  
10 ano passado houve uma reunião com todas as escolas, onde foram apresentados  
11 os resultados do PISM e manifestaram a necessidade da definição, por parte da  
12 Universidade, do que vai ser exigido, para que possam ter o seu processo  
13 pedagógico definido. A Conselheira Juliana Anacleto dos Santos disse que o  
14 argumento apresentado não convence porque não se pode pensar só nos que  
15 serão aprovados no Vestibular, mas também na grande massa que está fora da  
16 Universidade, que não terá acesso à língua estrangeira, mesmo que de baixa  
17 qualidade. A Conselheira Mônica de Lourdes de Araújo Silva reforçou que,  
18 enquanto representante das bases, gostaria de ter conhecimento com  
19 antecedência do que se vai votar neste Conselho; as questões abertas do PISM  
20 têm a finalidade de avaliar competências e habilidades e como se está  
21 normatizando agora o PISM, considera complicado avaliar o aluno com questões  
22 de múltipla escolha e o espírito do PISM morre quando faz que o candidato resolva  
23 64 questões de múltipla escolha, considerando o número de questões fechadas  
24 muito alto. O Presidente destacou que é importante para o Conselho a discussão  
25 acerca de competências e habilidades e algumas competências só poderão ser  
26 demonstradas por questões abertas. O Conselheiro Flávio Sereno Cardoso  
27 considerou importante a ponderação dos conteúdos por área. O Conselheiro  
28 Rogério Lustosa Bastos informou que participou de uma reunião onde foi discutida  
29 a possibilidade de aumentar mais um dia de prova e a opção por um dia foi fruto da  
30 discussão com representantes das Comissões, que são também nossos  
31 representantes. O Conselheiro Brenno Gomes Nunes considerou 50% dos pontos  
32 para um único dia, um percentual alto. O Conselheiro José Acácio de Barros  
33 reforçou que não sente a vontade para votar e que gostaria de ter uma cópia do  
34 que se está discutindo. O Presidente informou que existe um item no documento  
35 que se chama deliberações, que contém as propostas que foram apresentadas,  
36 perguntando se fornecendo cópia desta parte atenderia o que é solicitado. O  
37 Conselheiro José Acácio de Barros perguntou se foi feito levantamento do número  
38 de zeros e argumentou que com a inclusão de uma prova de múltipla escolha é  
39 praticamente a garantia de não zerar nenhuma das provas. O Presidente informou  
40 que existe um levantamento que foi levado para as bancas de correção e também  
41 para as escolas e, neste dado, como houve desistências, foram expurgados os  
42 candidatos que não compareceram. O Presidente voltou a insistir que o que se está  
43 discutindo vai valer para o módulo I que vai se realizar e que a introdução das  
44 questões de múltipla escolha será um dado a mais, que permitirá ampliar o leque  
45 do conteúdo avaliado. O Conselheiro José Alberto Barroso Castanõn disse que  
46 para poder avaliar melhor a proposta, precisa-se conhecer o documento. O  
47 Presidente acrescentou que a competência atribuída às Comissões foi elaborar  
48 proposta a ser apresentada ao órgão deliberativo desta Universidade que, neste  
49 caso, é este Conselho. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira se manifestou  
50 contrário à prova de múltipla escolha. O Conselheiro Marco Polo Germano de  
51 Moraes informou que o DCE entende a importância da prova de múltipla escolha,  
52 mas é solidário com a proposta que se divida as questões em mais dias e,  
53 destacou a preocupação do peso de 50% para esta prova. O Conselheiro André  
54 Arbex Hallack também considerou complicado discutir a proposta sem ter o



1 documento e gostaria de um tempo maior, mesmo com a cópia em mãos, para ter  
2 maior conhecimento sobre as duas propostas, do PISM e do Vestibular. O  
3 Presidente informou que o adiamento de qualquer decisão implica em interrupção  
4 da reunião e que gostaria de assegurar aos cinco Conselheiros já inscritos, o direito  
5 de à manifestação. O Presidente destacou que o assunto demanda um  
6 posicionamento da Universidade com urgência e o plenário precisa se definir sobre  
7 a continuidade ou suspensão da reunião. A Conselheira Eleuza Maria Rodrigues  
8 Barboza informou que a sua participação na Comissão pode ajudar a esclarecer  
9 um pouco a proposta apresentada; relatou que os resultados do PISM foram  
10 assustadores; que a avaliação que se faz para a seleção na Universidade deve ser  
11 mais justa e democrática possível; que as 2 questões discursivas de cada conteúdo  
12 não são suficientes e era preciso ter uma prova que medisse o máximo possível;  
13 com uma prova dissertativa muito grande, introduz-se o elemento subjetividade que  
14 não se pode controlar; incluir uma prova com 64 questões se baseou na  
15 experiência da Faculdade de Educação, com testes aplicados a alunos de 4ª série,  
16 em Minas Gerais; com esta prova de 64 questões, teríamos um teste com 8 itens  
17 na disciplina que, se elaborado com objetivos claros, será um teste capaz de medir  
18 muito melhor do que vem sendo feito. A Conselheira Mônica de Lourdes de Araújo  
19 Silva destacou que o trabalho da Comissão foi em função dos resultados do PISM.  
20 O Presidente informou que os resultados do PISM foram determinantes para a  
21 discussão e que se deve concentrar num processo de aperfeiçoamento constante.  
22 O Conselheiro Lourival Batista de Oliveira Júnior concordou com a necessidade de  
23 conhecer o documento, mesmo tendo noção da urgência e acrescentou que,  
24 quando se discutiu o PISM, há algum tempo atrás, deixou a solicitação da  
25 investigação, pela Universidade, da possibilidade de reserva de vaga, uma vez que  
26 acredita que deva existir reserva de vaga, já que se falou na democratização do  
27 acesso e acrescentou que a reserva foi aprovada para a Universidade Estadual do  
28 Rio de Janeiro. O Presidente informou que a vigência é para Universidade Estadual  
29 do RJ, que se reporta à Assembléia Estadual e, no nosso caso, vai se reportar ao  
30 Conselho Nacional de Educação, que proíbe reserva de vaga. O Conselheiro  
31 Ignácio José Godinho Delgado falou da necessidade de se estabelecer um  
32 cronograma de discussão e que as decisões sejam eivadas de muita reflexão e  
33 perguntou qual é a norma que impede a reserva de vaga, que mesmo a  
34 Constituição estabelece que todos são iguais perante a lei, mas considera que se  
35 deve tratar desigualmente os desiguais e que se deve tentar achar uma alternativa  
36 legal para permitir a reserva de vaga, a fim de permitir que o PISM seja um  
37 processo de democratização de acesso. O Presidente considerou que reservar  
38 vagas para escola pública, neste caso, não deveria ser 50% e 50% e sim 88% e  
39 12%, que é a matriz do ensino médio. A Conselheira Viviane Souza Pereira disse  
40 que se sente pouco a vontade de participar da discussão por não ter embasamento  
41 para isto e ressaltou a importância das questões de múltipla escolha, considerando  
42 que a elite entraria cada vez mais tendo somente as questões discursivas. O  
43 Conselheiro Clésio Castro da Silva informou que acompanhou os candidatos que  
44 fizeram as provas do PISM e o tempo de duração da prova não seria impecílio. O  
45 Presidente informou que acabou de assegurar o direito de fala de todos os  
46 Conselheiros que estavam inscritos quando da proposta de suspensão da reunião  
47 para melhor se informarem sobre o assunto. Falou da urgência do assunto e que  
48 nos grupos de trabalho constituídos, havia representantes dos departamentos e o  
49 que se espera é que os representantes representem seus representados e pode  
50 ser de fato, que a proposta seja desconhecida, mas foi solicitado que houvesse  
51 este entrosamento. Em seguida, abriu a discussão sobre a manutenção ou não da  
52 discussão. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira falou que quando se  
53 constitui uma Comissão, o trabalho elaborado é fruto de discussão, que vai  
54 embasar a nossa e que considera que este documento poderia ter sido



1 encaminhado anteriormente para fazermos uma análise, acrescentou que o  
2 trabalho da Comissão é louvável e que podemos fazer uma proposta mais  
3 consistente que esta e propôs que se continue a reunião, mas não realizando a  
4 votação hoje, amadurecendo as idéias e votando numa outra reunião. O  
5 Conselheiro Flávio Sereno Cardoso informou que o DCE não participou da  
6 discussão. A Conselheira Maria dos Remédios Silva de Alencar propôs o  
7 adiamento da votação para se votar com conhecimento. O Conselheiro Brenno  
8 Gomes Nunes perguntou sobre a destinação e reserva de vaga no PISM. O  
9 Presidente esclareceu que o CNE emitiu parecer no sentido de normatizar as  
10 possibilidades do processo seletivo, sendo possível destinar vaga para o programa,  
11 mas reservar vaga está vedado e a lei da UERJ tem vigência localizada. O  
12 Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira considerou necessário ampliar o leque de  
13 discussão e falou da necessidade de saber qual o prazo que não prejudicaria. O  
14 Conselheiro José Acácio de Barros disse que, como nem todos os Conselheiros  
15 leram antecipadamente este documento, propôs que a discussão continue numa  
16 próxima reunião, que de posse do relatório a reunião será mais produtiva, inclusive  
17 com o documento sobre o Vestibular. O Conselheiro João Batista Picinini Teixeira  
18 disse que hoje está rememorando história, que não se deve ter medo de inovar; a  
19 Universidade deve ser criativa, reflexiva; falou da urgência e da necessidade de  
20 aperfeiçoar o processo seletivo, pois a comunidade precisa se preparar para o  
21 processo de ingresso; propôs que esta reunião não seja encerrada, cada um indo  
22 aos seus pares, sem medo de inovar. O Conselheiro Ignácio José Godinho  
23 Delgado propôs a reunião para a próxima semana, também com o documento do  
24 Vestibular. O Presidente disse que encaminharia o documento por *e-mail* e colocou  
25 em discussão qual o adiamento que pode ser feito. O Conselheiro Marco Polo  
26 Germano de Moraes falou de qual seria a melhor maneira para viabilizar a reserva  
27 de vaga, através de uma alternativa legal, criar uma Comissão ou a mesa ficar  
28 responsável e o Presidente falou que se pode verificar. O Conselheiro Carlos Elízio  
29 Barral Ferreira perguntou se o Vestibular é para escolher os mais bem preparados,  
30 independente de classe social, sendo, neste caso, uma característica, e se for por  
31 classe social, o perfil do Vestibular é completamente diferente; voltou a propor,  
32 agora como questão de ordem, a manutenção da reunião, mas sem deliberação. O  
33 Presidente colocou em votação a suspensão ou não da deliberação nesta reunião,  
34 obtendo 38 votos favoráveis para a suspensão hoje. O Presidente falou da  
35 necessidade de se saber por quanto tempo. O Cleverson Raimundo Sbarzi Guedes  
36 sugeriu a próxima reunião para segunda-feira, pois entende que amanhã é dia  
37 letivo na Universidade, dada a relevância e urgência do tema. O Conselheiro João  
38 Batista Picinini Teixeira disse que se tem a quarta-feira para discussão com os  
39 pares e propôs a reunião na terça-feira, a partir das 17 horas, com os  
40 encaminhamentos do Vestibular e do PISM. A Conselheira Mônica de Lourdes de  
41 Araújo Silva disse que tem acordo, neste Conselho, para que as reuniões não  
42 sejam no mesmo dia da semana. Foi retirada a proposta da reunião na segunda-  
43 feira. O Presidente informou a suspensão da presente reunião e a sua continuidade  
44 na próxima terça-feira, às 17 horas. Dando continuidade à reunião do dia 10 de  
45 abril de 2001, aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e um, às dezessete  
46 horas, no Anfiteatro das Pró-Reitorias, no Campus, foi realizada reunião  
47 extraordinária do Conselho Setorial de Graduação, regimentalmente convocado,  
48 sob a presidência do Senhor Pró-Reitor de Graduação, professor Edson Vieira da  
49 Fonseca Faria e com a presença dos Conselheiros Ana Bernadete da Silva Rocha,  
50 André Arbex Hallack, André Guilherme Dornelles Dangelo, Arlete Maria Moreira do  
51 Amaral, Brenno Gomes Nunes, Carlos Elízio Barral Ferreira, Clauberger Fonseca dos  
52 Reis, Clésio Castro da Silva, Cléverson Raimundo Sbarzi Guedes, Denise Barros  
53 Weiss, Elen Pinheiro Affonso, Eleuza Maria Rodrigues Barboza, Flávio Sereno  
54 Cardoso, Geysa Silva, Ignácio José Godinho Delgado, João Batista Picinini



1 Teixeira, José Acácio de Barros, Juari da Fonseca Almeida, Juliana Anacleto dos  
2 Santos, Kleber Ramos de Queiroz, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Luciano  
3 Caldas Camerino, Marco Polo Germano de Moraes, Maria dos Remédios Silva de  
4 Alencar, Maria Julieta Ventura Carvalho de Araujo, Marilene S. dos Santos de  
5 Sansão, Mariluce Aparecida Jacob de Oliveira, Mário José dos Santos, Mônica de  
6 Lourdes de Araújo Silva, Oscarina da Silva Ezequiel, Ricardo Cristófaró, Rosângela  
7 Almeida Ribeiro, Roselene Perlatto Bom Jardim, Terezinha Noemides Pires Alves  
8 de Sousa, Vanderli Fava de Oliveira, Vanusa Caiafa Caetano e Viviane Souza  
9 Pereira. Foi justificada a ausência do Conselheiro José Alberto Barroso Castanõn.  
10 O Senhor Presidente abriu os trabalhos e informou que convidou os professores  
11 Cláudia Maria Ribeiro Viscardi e Glauker Menezes de Amorim, presidentes das  
12 duas Comissões Mistas do PISM, para participarem da reunião a fim de prestarem  
13 os esclarecimentos necessários e consultou o plenário sobre a concordância de  
14 suas presenças, o que foi aceito por todos. Informou a retomada das discussões  
15 acerca das propostas apresentadas para o PISM. O Conselheiro André Arbex  
16 Hallack solicitou esclarecimento se será também analisado o Vestibular a partir de  
17 2003 e se o Vestibular estaria atrelado ao PISM, tendo o Presidente esclarecido  
18 que a idéia é trabalhar na elaboração de uma proposta com a estrutura a partir de  
19 2004 e que existe uma relação de dependência entre os dois processos de  
20 ingresso, mas a relação a ser estabelecida pode ser diferente da que existe hoje,  
21 podendo-se trabalhar para que exista uma proposta duradoura para o Vestibular. O  
22 Conselheiro Lourival Batista de Oliveira Júnior disse que os presidentes das  
23 Comissões aqui presentes poderiam fazer um breve resumo, para esclarecer  
24 possíveis dúvidas. O professor Glauker Menezes de Amorim informou que as  
25 Comissões, quando foram criadas, tinham pautas distintas, mas na prática, elas se  
26 fundiram; nas discussões, bastante longas, em vários pontos deliberados houve  
27 consenso; este relatório expressa a opinião da representação da UFJF nas  
28 Comissões mistas e também da comunidade. A professora Cláudia Maria Ribeiro  
29 Viscardi informou que o trabalho que envolveu muitos departamentos e também a  
30 comunidade e foi feito no período de novembro a março, sofrendo atraso em  
31 função dos períodos de recesso, havendo a concordância do SINEP e da SEE,  
32 quanto a alteração do calendário; cabia à Universidade estar mais próxima do  
33 ensino médio, pois o mesmo está passando por uma reformulação, com o MEC  
34 dando mais autonomia ao ensino médio, e, com base nisto, a Comissão optou por  
35 avaliar as competências e habilidades do aluno, previstas nos parâmetros  
36 curriculares do ensino médio, chegando-se ao formato de provas mistas, com  
37 questões dissertativas e objetivas. O professor Glauker Menezes de Amorim disse  
38 que esta estrutura de provas também se pautou no levantamento das escolas  
39 cadastradas para o PISM, tendo as escolas argumentado que 2 questões são  
40 insuficientes para avaliar e diferenciar os candidatos; que existe um limitador  
41 quantitativo de questões abertas; que existem habilidades que são devidamente  
42 avaliadas através de questões objetivas e outras não e o modelo misto contempla  
43 questões abertas e objetivas; em alguns casos, inclusive, habilidades e  
44 competências são melhor avaliadas com questões objetivas, tendo a opção pelo  
45 modelo misto se baseado principalmente nestas reflexões. A professora Cláudia  
46 Maria Ribeiro Viscardi informou que somente aumentar o número de questões  
47 abertas oneraria muito o custo do concurso e não termos o número de professores  
48 para trabalhar na correção e como se queria avaliar todas as competências, a  
49 forma encontrada foi a adoção das questões mistas; o princípio que orienta os  
50 parâmetros curriculares é a interdisciplinaridade e agrupar as 64 questões num  
51 único dia e não dissolvê-las em mais dias, seria uma oportunidade de construir  
52 algumas questões interdisciplinares. O professor Glauker Menezes de Amorim  
53 mencionou que a preocupação foi tentar construir um modelo que pudesse  
54 contemplar avanços na interdisciplinaridade, a médio prazo inclusive, por se



1 entender que ela é desejável e preconizada pelos parâmetros curriculares, devendo  
2 as escolas se adaptarem a esta nova realidade. A professora Cláudia Maria Ribeiro  
3 Viscardi informou que a redação não foi incluída porque avaliar a capacidade de  
4 expressar do candidato pode ser perfeitamente contemplada com as questões  
5 abertas e que a língua estrangeira não foi incluída porque, com a implantação do  
6 Projeto de Universalização da Língua Estrangeira da UFJF, esta etapa já estaria  
7 contemplada. O Conselheiro André Arbex Hallack perguntou porque não aumentar  
8 o número de questões abertas e se o único impecílio seria o custo do processo,  
9 tendo os presidentes das Comissões informado que não, que a avaliação da prova  
10 dissertativa é muito mais subjetiva, que o aumento destas questões traz o  
11 problema do custo e também da qualidade da correção, pois quanto maior o  
12 número de corretores, mais comprometida fica a qualidade da correção, o que  
13 pode trazer prejuízo para os candidatos. O Conselheiro André Arbex Hallack  
14 indagou como ficou a questão do zero e a professora Cláudia Maria Ribeiro  
15 Viscardi disse que foi mantida a regulamentação, sendo a pontuação cumulativa,  
16 sendo eliminado o candidato que, ao final, tiver zerado o conteúdo; o Conselheiro  
17 perguntou se estariam incluídas as questões fechadas ou não, tendo o professor  
18 Glauker Menezes de Amorim informado que este ponto não foi discutido porque  
19 não houve tempo. O Presidente destacou que de acordo com a leitura do relatório,  
20 a proposta apresentada é de 50% de peso para as questões fechadas e 50% para  
21 as questões abertas, podendo este Conselho aclarar a interpretação sobre o  
22 assunto. O Conselheiro André Arbex Hallack perguntou se foi ou será discutida a  
23 questão de vagas, tendo o Presidente esclarecido que este assunto tem que ser  
24 remetido ao Conselho Superior, independente da decisão que este Conselho vier a  
25 tomar e que, neste momento, não será discutida. O Conselheiro Vanderli Fava de  
26 Oliveira perguntou qual a concepção da Comissão sobre as competências e  
27 habilidades que devem ser avaliadas. A professora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi  
28 disse que esta discussão é recente, tanto para as escolas quanto para a  
29 Universidade e se partiu do princípio das matrizes definidas pelos Parâmetros  
30 Curriculares Nacionais, não definindo competências novas, mas as previstas para o  
31 ensino médio. O Conselheiro João Batista Picinini Teixeira reforçou que os  
32 professores de outras áreas corrigiriam o português das questões discursivas. A  
33 professora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi disse que todo tipo de avaliação é válido,  
34 questões de múltipla escolha também exigem competência, podendo-se usar os  
35 dois tipos de avaliação e criando esta possibilidade, o aluno pode ser melhor  
36 avaliado. O Presidente mencionou que as Comissões definiram competências e  
37 habilidades com base nas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais do  
38 Ensino Médio e desta forma a Universidade uniformiza este procedimento, havendo  
39 a justificativa para a proposta acadêmica-pedagógica apresentada. O Conselheiro  
40 João Batista Picinini Teixeira disse que tudo que é novidade é polêmico, que a  
41 sociedade espera o resultado desta reunião e já se ouviu a opinião das bases, por  
42 isto encaminha a questão de ordem de continuar posteriormente a discussão do  
43 item de competência e habilidade, passando à discussão dos itens que ficaram em  
44 aberto. O Presidente solicitou objetividade do Conselheiros e dos presidentes das  
45 Comissões. A Conselheira Mônica de Lourdes de Araújo Silva disse que algumas  
46 discussões são relevantes para o entendimento do processo, pois deve-se estar  
47 perfeitamente consciente do que votar; que vai ficar muito tempo para aprender  
48 habilidade e competência; que entende que a interdisciplinaridade pode constar da  
49 questão aberta, considerando que em questões abertas as competências podem  
50 ser melhor avaliadas, devendo aumentar o número de questões abertas e diminuir  
51 o número de fechadas. O professor Glauker Menezes de Amorim informou que  
52 várias propostas surgiram e o consenso que havia era a necessidade de se manter  
53 questões abertas e introduzir questões objetivas, tendo os integrantes da área  
54 pedagógica esclarecido que a avaliação só cumpre o seu objetivo com uma



1 quantidade razoável de questões, tendo as escolas manifestado o entendimento da  
2 manutenção de 2 questões abertas e a introdução do maior número possível de  
3 questões fechadas. A Conselheira Mariluce Aparecida Jacob de Oliveira disse que  
4 o programa é extenso demais e que 2 questões, por conteúdo, aumentam a  
5 possibilidade do aluno tirar zero. A professora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi disse  
6 que não existe avaliação de competência sem conteúdo e em nenhum momento  
7 vai se conseguir avaliar o todo o conteúdo, não sendo este o objetivo. O  
8 Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira perguntou sobre como os conteúdos  
9 foram agrupados e se isto foi discutido. A professora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi  
10 disse que se tentou, ao máximo, seguir os Parâmetros Curriculares Nacionais e se  
11 pautou muito nas referências das escolas, que optaram por manter a estrutura  
12 atual. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira disse que é mais fácil trabalhar  
13 interdisciplinaridade em questões abertas. A Conselheira Eleuza Maria Rodrigues  
14 Barboza acrescentou que não só os colégios, mas também os professores da  
15 UFJF consideraram melhor manter a estrutura atual de agrupamento de conteúdos.  
16 O Conselheiro José Acácio de Barros considerou que destinação de vagas para o  
17 processo seletivo não é atribuição do Conselho Superior, parecendo muito mais  
18 atribuição deste Conselho. O Presidente reforçou que, neste momento, se está  
19 definindo a regulamentação dos processos de ingresso e suas estruturas e  
20 destacou que o Conselho Superior tem aprovado alterações no número de vagas  
21 para os diversos cursos da Instituição. O Conselheiro José Acácio de Barros  
22 perguntou como distribuir as vagas para os diferentes processos seletivos e o  
23 professor Glauker Menezes de Amorim disse que isto não foi discutido na  
24 Comissão, porque se trata de uma questão interna e o Presidente destacou que  
25 este assunto estava fora das atribuições das Comissões e por isto não fez parte  
26 das discussões por elas realizadas. O Conselheiro José Acácio de Barros  
27 mencionou que foi incluído um número muito grande de questões fechadas e  
28 perguntou se foi levado em conta que estamos avaliando o aluno de forma  
29 comparativa e se foi discutida a possibilidade de introduzir pontuação negativa para  
30 as questões que o aluno errar. O professor Glauker Menezes de Amorim informou  
31 a preocupação com o acerto aleatório, um ponto relevante que não foi concluído na  
32 Comissão e acrescentou que foram realizadas 10 reuniões. O Conselheiro Flávio  
33 Sereno Cardoso perguntou se foi discutida a revisão de prova do PISM e a  
34 professora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi disse que o PISM foi instituído sem o  
35 pedido de revisão. O Presidente destacou que, para quem já fez os módulos I e II  
36 do PISM, vão continuar valendo as regras existentes, publicadas em Edital. O  
37 Conselheiro Brenno Gomes Nunes disse ser favorável à manutenção da prova de  
38 redação, por não considerar satisfatório avaliar somente com as questões abertas.  
39 A professora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi informou que a questão aberta dá  
40 condições de avaliar a capacidade de expressar do aluno e também de avaliar a  
41 competência da escrita. A Conselheira Bernadete Maria de Sousa perguntou se o  
42 aluno que optar por curso que exija a prova de habilidade específica a fará antes  
43 do III módulo e se haverá critério de desempate. O Presidente esclareceu que  
44 haverá prova de habilidade específica e informou que não havia mais inscritos para  
45 esclarecimentos e agradeceu a presença dos professores Cláudia Maria Ribeiro  
46 Viscardi e Glauker Menezes de Amorim; destacou que agora o plenário estava  
47 mais esclarecido para se passar à discussão. O Conselheiro Ignácio José Godinho  
48 Delgado perguntou se seria feita a discussão em bloco da proposta. O Presidente  
49 propôs o encaminhamento da discussão, com o apontamento dos destaques;  
50 reforçou que estamos continuando uma reunião, não se podendo ignorar o que foi  
51 registrado na semana passada e acrescentou que os Conselheiros que, em  
52 conversa com suas bases, tenham obtido sugestões diferentes das aqui  
53 apresentadas, poderiam incluí-las. A seguir, o Presidente enumerou os destaques:  
54 existência de questões de múltipla escolha e sua respectiva distribuição;



1 ponderação das questões abertas e fechadas; inclusão ou não de pontuação  
2 negativa em relação aos erros nas questões de múltipla escolha; inclusão ou não  
3 de língua estrangeira e de redação; III módulo com ponderação de acordo com o  
4 curso escolhido; revisão de prova; eliminação com o zero; agrupamento por  
5 conteúdo; erro eliminar acerto. O Conselheiro Cleverson Raimundo Sbarzi Guedes  
6 propôs que o autor do destaque faça uma exposição do assunto e sejam abertas 3  
7 inscrições. O Presidente perguntou se esta proposta contempla as preocupações  
8 do plenário. O Conselheiro José Acácio de Barros propôs, para o destaque inicial, a  
9 existência ou não de questões fechadas e que sejam 5 pessoas inscritas. A  
10 Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barboza comentou que não se pode deixar de  
11 levar em conta que das Comissões participaram representantes da comunidade e  
12 que, através de consenso, pode-se aprimorar a proposta apresentada. O  
13 Conselheiro Marco Polo Germano de Moraes ressaltou que não houve  
14 representação discente na Comissão. O Presidente reforçou que a proposta  
15 apresentada pela Comissão não é exclusiva da UFJF e já é do conhecimento de  
16 todos que aqui estão e das bases que foram consultadas. Colocou em discussão o  
17 primeiro destaque que é a inclusão ou não de questões de múltipla escolha.  
18 Mencionou que a proposta da Comissão é a inclusão de 64 questões de múltipla  
19 escolha e perguntou se haveria alguma manifestação contrária. Não havendo,  
20 passou-se a discutir o peso das questões abertas e das de múltipla escolha. O  
21 Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira salientou que deve ser pelo menos 60% para  
22 as questões abertas, entendendo que deve prevalecer a idéia original do PISM. A  
23 Conselheira Bernadete Maria de Souza mencionou a prova do processo seletivo de  
24 Brasília, que é todo de questões abertas e bem elaboradas. O Conselheiro Ricardo  
25 Cristóforo considerou que se deve buscar novas experiências e o que interessa  
26 mais é o modelo de prova. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira falou que a  
27 metodologia do desenvolvimento das questões é que vai definir a qualidade, sendo  
28 favorável a 60% de peso para as questões abertas e 40% para as questões de  
29 múltipla escolha. O Conselheiro José Acácio de Barros não considerou apropriado  
30 discutir o peso agora e propôs inverter a ordem dos destaques. O Presidente não  
31 considerou procedente e disse que o tipo de questão proposto pela Comissão  
32 permite ao aluno demonstrar as suas habilidades e competências. A Conselheira  
33 Vanusa Caiafa Caetano disse que uma questão fechada bem elaborada pode  
34 avaliar adequadamente, sendo favorável a 50% e 50%. O Conselheiro José Acácio  
35 de Barros manifestou-se favorável a 60% para questões abertas e 40% para  
36 múltipla escolha, para melhor qualificar o aluno. Encerradas as inscrições, o  
37 Presidente perguntou se o plenário estava em condições de votar e com o  
38 consentimento de todos, colocou em votação as duas propostas. A proposta da  
39 Comissão de 50% para questões discursivas e 50% para questões de múltipla  
40 escolha obteve 25 votos favoráveis; a proposta de 60% de peso para questões  
41 discursivas e 40% para questões de múltipla escolha obteve 06 votos favoráveis e  
42 houve 01 abstenção. Aprovado 50% para questões discursivas e 50% para  
43 questões de múltipla escolha. Passou-se à discussão sobre a inclusão ou não de  
44 pontuação negativa em relação aos erros nas questões de múltipla escolha. O  
45 Conselheiro José Acácio de Barros manifestou-se favorável à inclusão de  
46 pontuação negativa com o objetivo de eliminar a probabilidade do candidato acertar  
47 na sorte, propondo que cada erro anule um acerto. O Conselheiro Vanderli Fava de  
48 Oliveira considerou importante avaliar o conhecimento e não a esperteza e  
49 encaminhou a favor da inclusão da pontuação negativa. O Conselheiro Marco Polo  
50 Germano de Moraes manifestou-se contrário a descontar ponto por questão  
51 errada. O Conselheiro André Arbex Hallack considerou necessário inibir o "chute",  
52 sendo favorável para 4 questões erradas, eliminar 1 certa. O Conselheiro  
53 Cleverson Raimundo Sbarzi Guedes solicitou esclarecimento ao autor da proposta  
54 por considerar pequeno o número de questões por disciplina, sendo contrário à



1 eliminação de questão certa por errada. O Conselheiro José Acácio de Barros  
2 informou que o número de questões não é pequeno, por ser do total das questões  
3 da prova. Foi aberta nova rodada de discussão. O Conselheiro Ignácio José  
4 Godinho Delgado falou da possibilidade da não divulgação deste ponto, pois  
5 poderá estar prejudicando uma boa idéia. O Presidente considerou que este tipo de  
6 discussão deve fazer parte do processo, porque se tem que trabalhar a globalidade  
7 do que vai ser proposto para o aluno e ponderou que é procedente a preocupação  
8 de desestimular o “chute”, mas destacou que existe outro caso que é o do erro pelo  
9 não saber e que com um outro mecanismo para coibir o acerto por sorte, como a  
10 questão melhor contextualizada, pode-se atingir o mesmo objetivo. A Conselheira  
11 Eleuza Maria Rodrigues Barboza considerou importante informar que, para o  
12 SIMAVE, faz-se o pré-teste e, com os parâmetros, tem a possibilidade do acerto ao  
13 acaso. O Conselheiro Ignácio José Godinho Delgado ponderou que não é a  
14 inclusão deste mecanismo que vai garantir acesso mais democrático à  
15 Universidade e propôs que seja criada uma Comissão para acompanhar a  
16 elaboração das provas. O Presidente disse que deve haver uma interação muito  
17 forte com as escolas. O Conselheiro José Acácio de Barros disse que o processo  
18 de ingresso tem provas muito diferentes das que são dadas no curso superior, é  
19 um processo de comparação de diferentes alunos e o que não se quer é implantar  
20 um processo que se baseie na sorte, para também não permitir que o aluno não se  
21 concentre em determinadas disciplinas, considerando a inclusão de pontuação  
22 negativa uma maneira justa de se comparar alunos, isto baseado em pesquisas  
23 estatísticas. A Conselheira Juliana Anacleto dos Santos falou que a pressão  
24 psicológica dos processos de ingresso é muito grande e muito se está falando do  
25 candidato que vai “chutar” e o que se quer medir é habilidade e competência. O  
26 Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira disse que acredita no conhecimento  
27 integrado. A Conselheira Bernadete Maria de Sousa considerou importante que as  
28 questões sejam bem elaboradas e com interdisciplinaridade e o aluno pode  
29 também errar por dúvida. Colocando em votação a inclusão de pontuação negativa,  
30 esta proposta obteve 08 votos favoráveis e 25 votos contrários. Aprovado que não  
31 haverá inclusão de pontuação negativa. Passou-se a discutir a inclusão ou não de  
32 língua estrangeira. O Presidente informou que a proposta da Comissão é a não  
33 inclusão. A Conselheira Juliana Anacleto dos Santos manifestou sua preocupação  
34 com os estudantes que não entrarão para a UFJF, porque alguns passam, mas a  
35 grande maioria não e estes não terão acesso à língua estrangeira oferecida pela  
36 Universidade e argumentou que não havendo a cobrança da língua estrangeira, o  
37 estudante não vai se dedicar a estudá-la. O Conselheiro Ignácio José Godinho  
38 Delgado argumentou que a inclusão da língua estrangeira no processo seletivo cria  
39 uma vantagem extra para o candidato que estuda em cursos pagos. O Conselheiro  
40 Vanderli Fava de Oliveira falou que incluir a língua estrangeira significa criar uma  
41 vantagem para os candidatos que fazem cursos pagos. O Conselheiro Marco Polo  
42 Germano de Moraes disse que se a inclusão de língua estrangeira beneficia que  
43 tem maior condição financeira, o Vestibular não poderia existir, porque beneficia o  
44 melhor abastado financeiramente. O Conselheiro Lourival Batista de Oliveira Júnior  
45 disse que, na prática, a exigência da língua estrangeira é um diferencial econômico  
46 muito forte, que o próprio mercado de trabalho exige o conhecimento de uma  
47 língua estrangeira e que a possibilidade de pagar um curso extra dá um diferencial  
48 a qualquer processo seletivo. O Presidente consultou o plenário sobre a  
49 necessidade de nova abertura de discussão e, não havendo, colocou em votação a  
50 inclusão da língua estrangeira, que obteve 07 votos favoráveis e 26 votos  
51 contrários. A língua estrangeira não será incluída na prova. O Presidente colocou  
52 em discussão se as questões de múltipla escolha seriam agrupadas ou  
53 desmembradas. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira propôs que as  
54 questões sejam desmembradas em provas abertas, em função da aprovação de



1 50% e 50% e que sejam 10 questões por conteúdo e agrupadas no respectivo  
2 conteúdo. O Conselheiro Brenno Gomes Nunes propôs o desmembramento por  
3 considerar inviável 64 questões no mesmo dia. O Conselheiro Flávio Sereno  
4 Cardoso propôs incluir mais uma letra nas respostas das questões, a letra "e". A  
5 Conselheira Mônica de Lourdes de Araújo Silva considerou incoerente solicitar  
6 mais item de resposta, por entender que o candidato terá menos tempo para  
7 responder às questões. A Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barboza disse que  
8 o objetivo maior é trabalhar habilidade e competência, e, com a divisão, não  
9 contemplaria totalmente e o candidato tem a capacidade de dividir o seu tempo e  
10 que a prova aberta e a fechada têm formas diferentes de serem trabalhadas,  
11 podendo o aluno vir a ter o seu desempenho prejudicado. O Conselheiro Brenno  
12 Gomes Nunes justificou ser favorável ao acréscimo de mais um item nas respostas  
13 porque considera que diminui as chances do candidato que acerta na sorte. A  
14 Conselheira Mariluce Aparecida Jacob de Oliveira informou que os técnico-  
15 administrativos consideraram que 08 questões são insuficientes. O Conselheiro  
16 Carlos Elízio Barral Ferreira considerou inviável 80 questões numa prova sem ser  
17 desmembrada, entendendo a posição da Comissão em relação à  
18 interdisciplinaridade, mas que isto pode ser trabalhado dentro da própria questão e  
19 que a ponderação de 50% e 50%, passou a ser uma ponderação muito alta em  
20 relação a 4 outras provas. O Presidente expôs as duas propostas, a da Comissão  
21 que é pela realização de uma única prova de múltipla escolha e a outra proposta  
22 que é pelo desmembramento das questões. Colocando em votação, a proposta da  
23 Comissão obteve 11 votos favoráveis e a outra proposta obteve 19 votos favoráveis  
24 e houve 01 abstenção. O Presidente falou que na proposta da Comissão são 64  
25 questões de múltipla escolha e surgiu a proposta de 80 questões. Colocando em  
26 votação, a proposta de 64 questões obteve 15 votos favoráveis e a proposta de 80  
27 questões obteve 15 votos favoráveis e houve 01 abstenção. O Presidente informou  
28 que, havendo empate, vai usar da prerrogativa da Presidência, conforme Artigo 5º  
29 §2º do Regimento Geral da UFJF, ou seja, o voto de qualidade, em caso de  
30 empate, ficando, desta forma, decidido que serão 64 questões de múltipla escolha.  
31 O Conselheiro João Batista Picinini Teixeira destacou que consultou as bases e  
32 estas estão divididas, querendo dizer com isto que a UFJF deve continuar  
33 estudando e aprimorando as formas de ingresso. O Presidente informou que  
34 atualmente as questões de múltipla escolha são formuladas com 4 alternativas e  
35 existe a proposta de serem com 5. O Conselheiro Lourival Batista de Oliveira Júnior  
36 disse que com 5 alternativas distribui na mesma proporção. O Conselheiro Vanderli  
37 Fava de Oliveira disse que com 5 alternativas diminui a possibilidade de acerto por  
38 sorte. O Conselheiro João Batista Picinini Teixeira disse encaminhar mais pela  
39 experiência do que pelo retrocesso, pois durante muito tempo as questões de  
40 múltipla escolha tinham 5 alternativas, propondo que continue 4 alternativas.  
41 Colocando em votação a proposta de 5 alternativas por questão de múltipla  
42 escolha obteve 18 votos favoráveis e 13 votos contrários. Ficou aprovado que  
43 serão 5 alternativas por questão de múltipla escolha. O Presidente colocou em  
44 discussão a inclusão de uma prova de redação. A Conselheira Viviane Souza  
45 Pereira ponderou que é completamente diferente responder uma questão  
46 discursiva e a construção de um texto. O Conselheiro Kleber Ramos de Queiroz  
47 defendeu a inclusão da redação no PISM e a sua continuidade no Vestibular,  
48 manifestando sua preocupação com a qualidade do aluno que vai entrar,  
49 principalmente para o Curso de Comunicação Social, avaliando que o processo  
50 seletivo perde com a exclusão da redação. A Conselheira Geysa da Silva informou  
51 que o Curso de Letras é contrário à prova de redação no processo de ingresso,  
52 pois a habilidade de expressão escrita deve ser analisada em todos os conteúdos e  
53 as provas de português e literatura vão continuar existindo, onde o candidato vai  
54 mostrar



1 disse que aprendeu muito com a redação e considerou necessária a sua inclusão,  
2 devendo-se exigir que os professores de ensino médio ensinem a fazer redação. A  
3 Conselheira Marilene S. dos Santos de Sansão falou que os cursinhos têm  
4 modelos para propor redação e perguntou se existe a da prova de habilidade  
5 específica para determinados cursos, tendo o Presidente esclarecido que uma  
6 avaliação para todos não é específica e quais argumentos seriam apresentados a  
7 favor desta tese, se o que interessa é avaliar a capacidade de expressar. Em  
8 seguida, colocou em votação as duas propostas. Manter a proposta original da  
9 Comissão, sem a prova de redação obteve 19 votos favoráveis e a proposta a favor  
10 da inclusão da redação obteve 11 votos favoráveis. A prova do PISM não terá  
11 redação. O Presidente informou que o assunto seguinte é a proposta de haver  
12 ponderação no III módulo do PISM em função do curso pretendido. A Conselheira  
13 Mariluce Aparecida Jacob de Oliveira disse que o fato de não haver peso diferente  
14 vai prejudicar o candidato. O Conselheiro Flávio Sereno Cardoso defendeu a maior  
15 ponderação nos conteúdos de áreas afins. O Presidente colocou em votação as  
16 duas propostas. Conforme proposto no relatório da Comissão, sem o peso no III  
17 módulo obteve 16 votos favoráveis e a proposta de inclusão de ponderação no III  
18 módulo obteve 12 votos favoráveis. Não haverá ponderação no III módulo. O  
19 Presidente colocou em discussão o assunto da eliminação por zero. O Conselheiro  
20 André Arbex Hallack propôs que só se elimine se tirar zero em conteúdos das  
21 áreas afins do curso escolhido, ao computar o ponto por conteúdo e manifestou a  
22 preocupação do Departamento de Matemática, pois uma quantidade muito grande  
23 de zeros pode comprometer a qualidade do aluno. Solicitado para constar da ata:  
24 "O Conselheiro André Arbex Hallack alertou o Conselho para as sérias  
25 conseqüências que poderão advir da eliminação por 0 (zero) nas provas cursivas  
26 em qualquer conteúdo (e não apenas em conteúdos afins). Por outro lado, os  
27 cursos de relação candidato/vaga mais baixa poderão ter um número excessivo de  
28 zeros em conteúdos não afins (comprometendo assim o preenchimento das  
29 vagas), citando, como exemplo, a facilidade com que um candidato na área de  
30 Ciências Humanas poderia zerar os conteúdos de Matemática ou Física, ou com  
31 que um candidato na área de Ciências Exatas poderia zerar um conteúdo como  
32 Biologia, mesmo que tenhamos, nestes casos, um bom desempenho em áreas  
33 afins. Isto leva a uma elitização ainda maior no processo de ingresso na UFJF, uma  
34 vez que nos cursos de maior demanda geralmente a formação geral já é melhor, ao  
35 contrário dos cursos de menor demanda. Por outro lado, tentativas de minimizar  
36 zeros de candidatos de áreas não afins poderão inibir um nível mínimo desejável  
37 para as áreas afins. Por exemplo, uma tentativa de minimizar os zeros dos  
38 candidatos às áreas de Humanas e Saúde nas provas de Exatas poderia  
39 comprometer a qualidade dos ingressantes na área de Exatas (já baixa e refletida  
40 em altos índices de reprovação no ICE)". O Conselheiro Lourival Batista de Oliveira  
41 Júnior propôs que no somatório das questões abertas dos 3 módulos, seja  
42 eliminado o candidato que tirar zero. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira  
43 propôs que em cada módulo não pode zerar em questões abertas, por áreas afins.  
44 O Presidente destacou que se se está discutindo processo seletivo, valendo para o  
45 ingresso a maior pontuação possível. O Conselheiro André Arbex Hallack retirou  
46 sua proposta. O Presidente informou que só há a proposta de eliminação por zero  
47 para as questões abertas e disse que se precisa decidir se o zero elimina no total  
48 ou na parte. Colocando em votação, a proposta que deve haver eliminação  
49 considerando o somatório dos 3 módulos obteve 27 votos favoráveis e a proposta  
50 que o zero deve eliminar por módulo não obteve votação e houve 01 abstenção. O  
51 Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira perguntou se os cursos já têm uma área afim  
52 definida e argumentou que o candidato poderá ser aprovado sem saber  
53 determinadas disciplinas. O Presidente informou que os coordenadores definiriam  
54 as áreas afins. O Conselheiro André Arbex Hallack falou que as outras disciplinas



1 seriam computadas para a classificação, dizendo que para eliminar é correto, não  
2 para classificar, pois o candidato precisa dos pontos. O Presidente informou que  
3 diante da decisão do zero só eliminar com provas abertas, ficou faltando definir se  
4 o zero que elimina é o obtido em área afim ou qualquer. Colocando em votação, a  
5 proposta do zero eliminar em qualquer conteúdo obteve 19 votos favoráveis e a  
6 proposta do zero só eliminar em área afim obteve 07 votos favoráveis e houve 01  
7 abstenção. O zero vai eliminar em qualquer conteúdo. O Presidente falou da  
8 proposta de inclusão da revisão de prova e não havendo Conselheiro contrário à  
9 revisão, esta foi incluída. O Presidente informou o destaque do agrupamento por  
10 conteúdo. A Conselheira Marilene S. dos Santos de Sansão disse que não ficou  
11 convencida da forma de agrupamento dos conteúdos. A Conselheira Eleuza Maria  
12 Rodrigues Barboza disse as escolas também concordaram com a forma de  
13 agrupamento proposta. O Presidente reforçou que a proposta da Comissão de  
14 agrupamento dos conteúdos, onde puderam ser ouvidos inclusive a comunidade, é  
15 a mesma que existe hoje. Colocando em votação, a proposta da Comissão, de se  
16 manter tal como está, obteve 15 votos favoráveis e a proposta de se fazer um novo  
17 agrupamento obteve --- 09 votos favoráveis e houve 03 abstenções. O Presidente  
18 falou que, em relação ao PISM, estava encerrado e como ainda precisa-se  
19 regulamentar o Vestibular, sendo um assunto da maior relevância, convocou a  
20 continuidade desta reunião extraordinária para amanhã, às 14 horas, neste  
21 Anfiteatro, solicitando aos que não puderem estar presentes, se façam representar  
22 pelos suplentes. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os  
23 Conselheiros. Dando continuidade à reunião do dia 17 de abril de 2001, aos dezoito  
24 dias do mês de abril de dois mil e um, às quatorze horas, no Anfiteatro das Pró-  
25 Reitorias, no Campus, foi realizada reunião extraordinária do Conselho Setorial de  
26 Graduação, regimentalmente convocado, sob a presidência do Senhor Pró-Reitor  
27 de Graduação, professor Edson Vieira da Fonseca Faria e com a presença dos  
28 Conselheiros Aloísio Antonio Siqueira Marques, Ana Bernadete da Silva Rocha,  
29 André Arbex Hallack, Arlete Maria Moreira do Amaral, Brenno Gomes Nunes,  
30 Carlos Elízio Barral Ferreira, Clésio Castro da Silva, Cléverson Raimundo Sbarzi  
31 Guedes, Denise Barros Weiss, Eleuza Maria Rodrigues Barboza, Flávio Sereno  
32 Cardoso, Geysa Silva, Ignácio José Godinho Delgado, Janice Ribeiro de Souza,  
33 João Batista Picinini Teixeira, José Acácio de Barros, Juari da Fonseca Almeida,  
34 Juliana Anacleto dos Santos, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Lucas da Silva  
35 Simeão, Marco Polo Germano de Moraes, Maria Aparecida Bessa Montes, Maria  
36 da Graça Martins Guerra, Maria dos Remédios Silva de Alencar, Maria Julieta  
37 Ventura Carvalho de Araujo, Marilene S. dos Santos de Sansão, Mariluce  
38 Aparecida Jacob de Oliveira, Mário José dos Santos, Moisés de Andrade Resende  
39 Filho, Mônica de Lourdes de Araújo Silva, Ricardo Cristóforo, Rosângela Almeida  
40 Ribeiro, Rose Mary Abrão Nascif, Roselene Perlatto Bom Jardim, Terezinha  
41 Noemides Pires Alves de Sousa, Vanderli Fava de Oliveira, Vanusa Caiafa Caetano  
42 e Viviane Souza Pereira. Foram justificadas as ausências dos Conselheiros Michel  
43 Heluey Fortuna e Oscarina da Silva Ezequiel. O Senhor Presidente informou que a  
44 proposta a ser analisada foi a encaminhada pela Comissão Normativa do Vestibular  
45 para regulamentar o Vestibular para 2002 e 2003, vindo a este Conselho pela  
46 necessidade de se fazer o ajuste, dando homogeneidade aos dois programas de  
47 ingresso e para que se pudesse fazer a transição, uma vez que este ano estará  
48 sendo completado o primeiro ciclo do PISM. Reforçou que a presente proposta,  
49 recebida e analisada pelos Conselheiros e suas bases, é para o Vestibular de 2002  
50 e 2003. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira disse que a proposta parece  
51 lógica, para se tentar a equalização, porque, com certeza, dentro de 2 anos se terá  
52 que reformular o Vestibular. O Conselheiro André Arbex Hallack argumentou ser  
53 uma grande injustiça a elaboração de uma lista única baseada na pontuação,  
54 questionando se seria justo pessoas que fazem provas distintas concorrerem à



1 mesma vaga e mencionou o custo elevado do processo. O Conselheiro José  
2 Acácio de Barros destacou que a proposta deixa uma divisão grande dentro da  
3 Comissão Normativa; disse que o RAG prevê que o programa do Vestibular só  
4 pode ser mudado com 2 anos de antecedência e, se aprovado, poderia ter  
5 problemas legais; em relação à correção das provas com a quantidade de questões  
6 discursivas previstas, falou da dificuldade de se conseguir professores qualificados,  
7 citando o exemplo da Física, que precisaria de 60 professores; mencionou o custo  
8 alto do processo e considerou que a classificação única seria o fim do PISM,  
9 perguntando se a Universidade já fez alguma simulação neste sentido. O  
10 Presidente informou que se se fizer a conversão da pontuação do último candidato  
11 selecionado pelo Vestibular para a escala do PISM, terá candidatos aprovados. O  
12 Conselheiro José Acácio de Barros disse que na simulação feita por eles não teria  
13 candidatos do PISM aprovados e o Presidente disse que esta simulação que  
14 aponta para o não ingresso parece equivocada, tendo o Conselheiro discordado. O  
15 Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira perguntou se o candidato que realizar os 3  
16 módulos do PISM está impedido de fazer o Vestibular e o Presidente esclareceu  
17 que sim. A Conselheira Mariluce Aparecida Jacob de Oliveira destacou que a  
18 representação dos técnico-administrativos considerou pequeno o número de 6  
19 questões para cada conteúdo; não concordou não haver ponderação diferenciada  
20 por conteúdo para áreas afins do curso pretendido e considerou injusto a exclusão  
21 do candidato que zerar qualquer dos conteúdos e sugeriu mudar para qualquer  
22 prova e não conteúdo. O Conselheiro Marco Polo Germano de Moraes argumentou  
23 que no PISM foram incluídas questões fechadas e no Vestibular está se excluindo,  
24 e se já discutiu que não é interessante fazer desta forma, porque fazer e não  
25 concordou com a não existência de ponderação para os conteúdos das áreas afins  
26 ao curso pretendido. A Conselheira Viviane Souza Pereira destacou a questão da  
27 redação e a revisão de prova. O Presidente falou que a proposta vai vigorar para o  
28 Vestibular 2002 e 2003 e para os módulos do PISM já iniciados, não existe a prova  
29 de múltipla escolha; a proposta da Comissão de 6 questões abertas para o  
30 Vestibular corresponde ao total de questões do PISM; destacando que esta  
31 proposta vem sendo trabalhada há algum tempo, já que se antevia uma situação  
32 como esta; com relação à mudança do programa antes de 2 anos há dispositivo  
33 legal e pedagógico que justifique, e o que vier a ser aprovado neste Conselho, será  
34 alterado no respectivo Capítulo do RAG que trata do Vestibular, reforçando que,  
35 conforme foi dito ontem, o programa que as escolas estão aplicando é o programa  
36 do PISM, não se estará mudando algo em relação ao que as escolas já estão  
37 trabalhando, sendo definido o prazo de dois anos, com o objetivo de adequação  
38 por parte das escolas. Os Conselheiros André Arbex Hallack e José Acácio de  
39 Barros citaram a possibilidade de reserva de vagas e o Presidente falou que na  
40 Resolução nº 18/99, deste Conselho, que trata da criação do PISM, diz que não  
41 haverá reserva de vagas, mas declarou que destinação de vagas não está  
42 impedida. O Conselheiro André Arbex Hallack falou que no primeiro PISM também  
43 estava escrito que o histórico seria utilizado, o que foi impedido pelo CNE, havendo  
44 com sua retirada, portanto, mudança; disse que por uma questão acadêmica deve-  
45 se ter humildade de reconhecer um erro, tendo sabido que na Comissão Normativa  
46 houve discussão neste sentido, não querendo que sejam cometidas injustiças como  
47 a da reunião de ontem, com a não inclusão dos pesos. O Presidente falou que os  
48 membros deste Conselho são transitórios, mas o Conselho é perene e que gostaria  
49 de solicitar que os Conselheiros tivessem o cuidado com os termos utilizados para  
50 não haver falas desrespeitosas, embora saiba que não seja este o objetivo. O  
51 Conselheiro Cléverson Raimundo Sbarzi Guedes considerou, com base em  
52 conhecimentos técnicos, que não se pode destinar vagas para os módulos do  
53 PISM já iniciados e que as regras definidas ontem vão embasar o Edital para o  
54 PISM 2002. O Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira disse ter absoluta



1 convicção de que qualquer destinação de vaga agora pode gerar muitos problemas  
2 para a UFJF, que face a conjuntura que está trabalhando, considera necessário  
3 manter a lista única. O Conselheiro José Acácio de Barros disse que entende a  
4 necessidade de observação do aspecto legal, mas que persiste sua preocupação  
5 com relação à lista única. O Conselheiro Carlos Elizio Barral Ferreira falou que se  
6 deve dar instrumentos à Coordenação do Vestibular para que se possa fazer a  
7 equalização, o que merece um estudo, não pode ser feito por leigo. O Conselheiro  
8 João Batista Picinini Teixeira comentou que começa a ficar preocupado com a  
9 equipe de correção, como se vai equalizar na aferição dos conhecimentos destas  
10 provas, não pensando no custo financeiro e sim no acadêmico, de avaliação do  
11 conteúdo e justificou que determinados assuntos merecem reflexão mais profunda,  
12 tendo implicações jurídicas e de foro íntimo. O Presidente reforçou que, com  
13 relação à correção, deve haver igualdade absoluta é entre os que competem entre  
14 si, exemplificando com a forma de correção atual da redação, sendo grupos de 2  
15 que corrigem provas de um curso ou grupo de curso e havendo maior número de  
16 professores, não se vai trabalhar sobre o total das provas. O Conselheiro João  
17 Batista Picinini Teixeira falou que o que está escrito tem valor muito grande em  
18 relação ao que é dito e perguntou se esta prática de correção está  
19 institucionalizada e o Presidente disse que este Conselho pode inclusive normatizar  
20 isto. O Conselheiro André Arbex Hallack disse que ainda considera injusta a  
21 listagem única, com provas diferentes, para candidatos que concorrem a uma  
22 mesma vaga. O Conselheiro Brenno Gomes Nunes disse que se está diante de 2  
23 processos seletivos para uma mesma vaga e que precisa-se fazer os ajustes  
24 necessários para minimizar as injustiças. O Conselheiro Ignácio José Godinho  
25 Delgado perguntou se os Editais do PISM tratam da eliminação por zero e se  
26 haveria possibilidade de não eliminar o candidato que zerar no Vestibular;  
27 considerou que há possibilidade de minimizar as injustiças com ajustes e que  
28 deveria haver um dispositivo que permitisse ao CONGRAD definir os critérios de  
29 destinação de vagas nos 2 programas de ingresso. O Presidente informou que o  
30 Edital do PISM diz claramente que o candidato não será eliminado por zero e que  
31 tem a proposta de forma de exclusão, sendo 2 processos distintos e que na  
32 proposta definitiva para o Vestibular terá que se registrar o fato da destinação ou  
33 não de vaga e que, neste momento, o Conselho vai definir regras transitórias. O  
34 Conselheiro José Acácio de Barros falou da preocupação com o custo do processo  
35 e o Presidente citou que na reunião do Conselho Superior que estabeleceu a tabela  
36 de valores, ficou definido que poderia sofrer alteração, tendo o Conselheiro  
37 argumentado que com a redução do valor da correção poderia ter mais dificuldade  
38 para se conseguir professores qualificados para a correção. O Conselheiro André  
39 Arbex Hallack propôs a introdução de uma primeira fase eliminatória, para ficar 3 x  
40 1, caindo o número de provas a serem corrigidas. O Presidente argumentou que  
41 este tipo de proposta encontra resistência nas escolas das redes pública e privada  
42 e que conforme manifestação já apresentada, os dois processos seriam feitos com  
43 avaliações idênticas. A Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barboza falou que se  
44 precisa homogeneizar os dois processos de ingresso. A Conselheira Mariluce  
45 Aparecida Jacob de Oliveira disse que gostaria de saber como vai ficar a  
46 participação dos técnico-administrativos no Vestibular sendo uma única etapa, visto  
47 que a grande maioria trabalha na primeira etapa e a segunda fica reservada para  
48 os docentes. O Presidente esclareceu que a participação dos técnico-  
49 administrativos e também dos docentes vai depender do número de inscritos e  
50 como são dois processos, provavelmente terá maior número de candidatos, e que  
51 contará com a participação dos técnico-administrativos que forem necessários. A  
52 Conselheira Maria do Remédios Silva de Alencar solicitou que ficasse assegurado  
53 o direito de todos os técnico-administrativos trabalharem no Vestibular. O  
54 Presidente informou que seria irresponsável se o fizesse porque não sabe quantos



1 serão inscritos e isto não é competência deste Conselho. O Conselheiro Carlos  
2 Elízio Barral Ferreira reforçou que são 2 processos diferentes, não sendo problema  
3 em terem características diferentes, o que se precisa fazer é equalizar. O  
4 Conselheiro Brenno Gomes Nunes propôs, em nome do DCE, que o candidato não  
5 pode zerar o conteúdo, a inclusão da prova de redação e o peso diferenciado por  
6 áreas afins. O Conselheiro José Acácio de Barros disse que, por enquanto, não se  
7 sabe como um processo vai se comparar com o outro e este Conselho vai propor  
8 algo que torne compatível o PISM e o Vestibular e segundo previsão da Pró-  
9 Reitoria, o candidato do PISM se sairia bem e pela previsão do Departamento de  
10 Física, não se sairia, devendo-se pensar muito seriamente no processo de  
11 equalização. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira considerou que sendo 2  
12 processos, eles têm que guardar o máximo de similaridade e incluindo a pré-  
13 seleção para um e para o outro não, pode-se gerar muita confusão. O Conselheiro  
14 Ignácio José Godinho Delgado argumentou que muitas questões para serem  
15 corrigidas pode gerar distorções na correção e o corte com as provas de múltipla  
16 escolha pode eliminar eventuais injustiças e favorece o processo de correção,  
17 concordando com a prova de múltipla e que esta não poderá ter eliminação por  
18 zero e ser só eliminatória, não computando os pontos para a segunda etapa. A  
19 Conselheira Juliana Anacleto dos Santos propôs a primeira fase com questões  
20 fechadas, a Segunda fase com pesos por área e a inclusão da prova de redação. A  
21 Conselheira Terezinha Noemides Pires Alves de Sousa manifestou sua  
22 preocupação em não se descartar o Vestibular atual, uma vez que ainda não tem o  
23 resultado final dos 3 módulos do PISM e os resultados existentes não têm sido  
24 bons, devendo-se tentar minimizar as mudanças. O Presidente relatou o que havia  
25 sido proposto até o momento e salientou que existe uma questão que precede às  
26 demais, que é manutenção do Vestibular tal como está e que se for aprovada,  
27 todas as demais estarão descartadas e se for recusada, pode-se passar à  
28 discussão das possíveis alterações. A Conselheira Terezinha Noemides Pires  
29 Alves de Sousa disse não ter feito proposta e sim solicitado para se atentar para o  
30 fato de apresentar uma proposta baseada no que existe hoje. Os Conselheiros  
31 José Acácio de Barros e Marco Polo Germano de Moraes propuseram que se  
32 preserve o máximo do Vestibular atual. A Conselheira Mônica de Lourdes de Araújo  
33 Silva falou que optando por manter modificado, então não estará mantido. O  
34 Presidente perguntou se existia a proposta de manter o Vestibular 2002 como o  
35 que existe hoje e, se existir, disse que gostaria de lembrar que este Conselho se  
36 comprometeu a estudar o Vestibular, tendo as escolas sido informadas e se  
37 direcionando para isto, solicitando tentar encaminhar o que vai ser discutido daqui  
38 para diante. O Conselheiro João Batista Picinini Teixeira considerou ponderada a  
39 fala do Presidente e encaminhou que seja discutida e analisada a proposta da  
40 Comissão Normativa, por considerar uma questão de coerência, responsabilidade e  
41 bom senso. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira encaminhou para que primeiro  
42 se discuta a manutenção ou não do formato do Vestibular. O Presidente informou  
43 que a referência para a votação é o documento que foi encaminhado, mas existe  
44 uma proposta que contraria isto, que é a manutenção do Vestibular. O Conselheiro  
45 Ignácio José Godinho Delgado propôs que seja analisado item por item da proposta  
46 da Comissão Normativa. A Conselheira Mônica de Lourdes de Araújo Silva falou  
47 que como se trata de um processo de transição, considera que o Vestibular tem  
48 que ser mudado, pois mantendo-o tal como está, terá também como consequência,  
49 desgaste com a sociedade. O Presidente destacou que desde a implantação do  
50 PISM ficou decidido, neste Conselho, que chegando no III módulo, os dois  
51 processos seriam ajustados e as escolas passaram a trabalhar com base nesta  
52 orientação; foi discutido que haveria ajustamento, conforme consta das atas das  
53 reuniões dos dias 09 e 16/06/1999. O Conselheiro José Acácio de Barros disse que  
54 pode discordar desta decisão e defendeu a manutenção do Vestibular, para não



1 destruir o processo seletivo da UFJF, alegando que fazer uma mudança de última  
2 hora pode trazer inclusive ações legais e ser uma precipitação deste Conselho  
3 tomar a decisão de mudar e acrescentou que na página da UFJF, na semana  
4 passada, já informava o programa do Vestibular, sem ter sido aprovado neste  
5 Conselho. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira disse que se mantiver o  
6 Vestibular, deve-se apresentar argumentos convincentes e defensáveis, pois há  
7 uma expectativa muito grande de mudança na comunidade e acrescentou que  
8 quando houve a decisão de se implantar o PISM, a comunidade não foi contrária, já  
9 havia uma intenção da UFJF e da comunidade de mudar a forma de ingresso e que  
10 ao se fazer modificações sábias, pode-se eliminar as diferenças entre os dois  
11 processos. Colocando em votação, a proposta da Comissão Normativa, a ser  
12 discutida ponto a ponto, obteve 20 votos favoráveis e a proposta de manutenção do  
13 Vestibular tal como está obteve 11 votos favoráveis. Ficou decidido que seria  
14 discutido ponto a ponto a proposta da Comissão Normativa. O Conselheiro Brenno  
15 Gomes Nunes solicitou constar a declaração de voto: "Sou a favor da mudança,  
16 mas votei de acordo com o bloco que represento". O Presidente esclareceu que  
17 está proposto, pela Comissão Normativa, o programa para o Vestibular 2002 e  
18 2003. O Conselheiro José Acácio de Barros disse preocupar-se com o ponto de  
19 vista legal e acadêmico, pois o RAG prevê que os programas só entrarão em vigor  
20 após 2 anos de sua aprovação, não sendo viável mudar agora, uma modificação  
21 prejudicaria aquele que se pautou no RAG. A Conselheira Maria Aparecida Bessa  
22 Montes manifestou-se favorável à manutenção do texto da Comissão Normativa,  
23 argumentando que quando se pensou em estabelecer o programa do PISM, se  
24 tentou reduzir o conteúdo e destacou que as áreas estão tentando avançar  
25 pedagogicamente, com desenvolvimento das habilidades e competências e como  
26 não há aumento de conteúdos, não vê em que pode prejudicar esta mudança. A  
27 Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barboza disse que a Comissão Normativa  
28 contou com a participação de representantes das escolas públicas e privadas e  
29 todas elas estão seguindo o programa do PISM e acrescentou que o RAG não é do  
30 conhecimento dos que não estão na UFJF e há dois anos atrás foi dito que  
31 Vestibular seria reformulado para se adequar ao PISM. Colocando em votação, a  
32 proposta da Comissão Normativa, tal como consta no documento, obteve 19 votos  
33 favoráveis e a proposta da manutenção do programa obteve 12 votos favoráveis e  
34 houve 02 abstenções. Para os Vestibulares de 2002 e 2003 serão adotados os  
35 respectivos programas do PISM de 1999/2001 e 2000/2002. Continuando, o  
36 Presidente colocou em discussão se haverá ou não uma outra prova de caráter  
37 eliminatório. O Conselheiro Ignácio José Godinho Delgado disse que está se  
38 tentando fazer ajuste que reduza eventuais injustiças no processo seletivo,  
39 considerando que a inclusão de uma prova com questões de múltipla escolha não  
40 levaria a uma quebra muito grande de expectativas, porque ela já existe hoje e  
41 muitas questões discursivas a serem corrigidas podem gerar critérios  
42 desbalanceados de correção. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira disse que  
43 deve-se levar em conta a questão acadêmica, com a introdução de uma prova  
44 eliminatória, que não existe na outra forma de ingresso, estará distanciando a  
45 equalização dos 2 processos, colocando uma diferenciação a mais. Colocando em  
46 votação, a proposta da Comissão Normativa, com uma única etapa, obteve 04  
47 votos favoráveis e a proposta da introdução de uma primeira etapa estritamente  
48 eliminatória obteve 28 votos favoráveis. Ficou decidido que o concurso Vestibular  
49 terá 2 etapas. O Presidente acrescentou que, em função desta definição, precisa-  
50 se definir critérios de corte e perguntou se ao votar o plenário entendeu que o zero  
51 no conteúdo não é motivo de eliminação, sendo a condição de eliminação o zero na  
52 prova. O Presidente esclareceu as propostas que surgiram para o formato da  
53 prova: realização em 1 dia, com 8 questões por conteúdo, totalizando 64 questões  
54 e realização em 2 dias, 8 questões por conteúdo, exceto Português e Matemática,



1 com 16 questões, totalizando 80 questões, ambas propostas agrupadas de acordo  
2 com o PISM. A Conselheira Eleuza Maria Rodrigues Barbosa defendeu 64  
3 questões. O Conselheiro Ricardo Cristóforo disse ser favorável à realização em 2  
4 dias, por considerar que é muito conteúdo em pouco tempo. Colocando em  
5 votação, a proposta de realização da prova em 1 dia, com 64 questões, obteve 12  
6 votos favoráveis e a proposta de realização da prova em 2 dias, com 80 questões,  
7 obteve 18 votos favoráveis. Ficou decidido que haverá uma prova eliminatória, a  
8 ser realizada em 2 dias, com 80 questões, agrupadas de acordo com o PISM. O  
9 Presidente colocou em discussão o ponto de corte, falando da necessidade de se  
10 definir o critério de eliminação. Foram apresentadas as seguintes propostas: 3, 4 e  
11 5 candidatos por vaga. Colocando em votação, a proposta de 3x1 obteve 01 voto  
12 favorável, a proposta de 4x1 obteve 28 votos favoráveis e a proposta de 5x1 obteve  
13 01 voto favorável e houve 01 abstenção. Ficou estabelecido que o ponto de corte  
14 será de 4 candidatos por vaga. O Presidente colocou em discussão o número de  
15 alternativas por questões e informou que na reunião de ontem, sobre o PISM, foi  
16 vitoriosa a proposta de 5 alternativas e, consultando o plenário, houve  
17 assentimento de todos, ficando aprovado que serão 5 alternativas para cada  
18 questão. O Presidente voltou a perguntar sobre a eliminação por zero. O  
19 Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira disse não ser possível acreditar que o  
20 candidato possa zerar a totalidade da prova. O Conselheiro Carlos Elízio Barral  
21 Ferreira disse que o número de questões é relativamente reduzido em relação ao  
22 Vestibular atual, defendendo que o zero na etapa que deve eliminar. O Conselheiro  
23 Ricardo Cristóforo defendeu que o zero na etapa que deve eliminar, não fazendo  
24 sentido ser a eliminação por zero no conteúdo. O Conselheiro Ignácio José  
25 Godinho Delgado argumentou que alguns cursos poderão ficar com menos  
26 candidatos que vagas, ao se eliminar por zero. Colocando em votação, a proposta  
27 de eliminação por zero na primeira etapa obteve 13 votos favoráveis e a proposta  
28 do zero não eliminar obteve 14 votos favoráveis e houve 01 abstenção. Ficou  
29 decidido que o zero não vai eliminar nesta primeira etapa. Com relação às provas  
30 abertas, o Presidente informou que a proposta da Comissão Normativa não prevê  
31 ponderação e que existe a proposta de inclusão de ponderação por conteúdo de  
32 áreas afins. O Conselheiro André Arbex Hallack disse que sempre defendeu a  
33 ponderação para áreas afins, que se sente pouco a vontade para votar a inclusão  
34 da ponderação, diante do que foi aprovado ontem, que considera errado e  
35 perguntou se o Conselho pode, enquanto é tempo, rever a decisão de ontem em  
36 relação à não inclusão da ponderação. O Presidente esclareceu que se houver algo  
37 que justifique, o Conselho pauta isto e pode rediscutir o assunto. O Conselheiro  
38 Marco Polo Germano de Moraes disse que faltou a visão do discente na discussão  
39 da não inclusão do peso nas áreas afins. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira  
40 se manifestou favorável à não inclusão de ponderação, por considerar que não se  
41 deve privilegiar um conhecimento em detrimento de outro, quanto mais  
42 conhecimento o candidato tiver, melhor. O Conselheiro André Arbex Hallack  
43 considerou ser essencial uma pequena diferenciação entre os candidatos, porque  
44 se na área afim o candidato não tiver um desempenho desejável, ele não vai  
45 caminhar no seu curso, que nos cursos de baixa demanda isto pode ser problema  
46 maior ainda e que, mesmo sendo favorável à ponderação, se vê "engessado", por  
47 uma questão de coerência. O Conselheiro José Acácio de Barros disse que decidir  
48 algo diferente do que se votou ontem é complicado e considerou que é importante,  
49 para o exercício da profissão, que o aluno tenha conhecimentos de outras áreas  
50 também, mas supõe-se, por exemplo, que o candidato que decidir pelo curso de  
51 Física saiba mais Matemática e Física, caso contrário ele não caminhará no curso.  
52 Os Conselheiros Flávio Sereno Cardoso e Marco Polo Germano de Moraes  
53 concordaram que o conhecimento geral é importante, mas existe a prova  
54 eliminatória e acrescentaram que, se ontem este Conselho errou, não justifica errar



1 novamente. O Conselheiro Ignácio José Godinho Delgado ponderou que o que se  
2 fez ontem foi legislar o futuro e que hoje está se buscando homogeneizar os dois  
3 processos de ingresso. A Conselheira Bernadete Maria de Sousa foi contrária à  
4 inclusão de ponderação. Colocando em votação, a proposta da Comissão  
5 Normativa com a não inclusão do peso obteve 16 votos favoráveis e a proposta de  
6 inclusão de peso obteve 10 votos favoráveis e houve 02 abstenções. Ficou  
7 decidido que não haverá ponderação. O Presidente colocou em discussão o zero  
8 na segunda etapa. O Conselheiro Vanderli Fava de Oliveira propôs a eliminação  
9 por zero na prova, por considerar muito pesado colocar zero eliminando por  
10 conteúdo. O Conselheiro José Acácio de Barros propôs que seja eliminado o  
11 candidato que zerar os conteúdos de Matemática ou Português, por considerar que  
12 são disciplinas que todos devem saber, usando-as no se dia a dia. O Conselheiro  
13 Carlos Elízio Barral Ferreira reforçou a este Conselho que se está regulamentando  
14 um Vestibular de transição, propondo a eliminação por zero, igual ao PISM, por  
15 uma questão de coerência e na tentativa de equalização. O Conselheiro Brenno  
16 Gomes Nunes propôs que o zero seja eliminatório somente em Português e áreas  
17 afins. O Conselheiro Ignácio José Godinho Delgado falou que o processo do  
18 Vestibular não pode ser entendido como algo que vai resolver os problemas do 1º e  
19 2º graus e que não se pode ficar criando mecanismos de eliminação e sim de  
20 seleção. O Conselheiro André Arbex Hallack solicitou que seja rediscutido o que foi  
21 decidido ontem. O Presidente reforçou que a matéria foi vencida, falou da urgência  
22 para fornecer as informações para a sociedade, para orientar as escolas, que se  
23 trata de Vestibular de transição, não acreditando que este plenário tenha votado  
24 algo absurdo e que, desta forma, se estaria colocando sob suspeição qualquer  
25 votação realizada por este Conselho. O Conselheiro Ignácio José Godinho Delgado  
26 falou da necessidade de informar tudo para a sociedade, e um pequeno ajuste no  
27 futuro poderá acontecer, devendo-se discutir sobre o Vestibular. O Presidente disse  
28 que o procedimento do Conselho é publicar uma Resolução sobre o assunto e falou  
29 que se o plenário se sente incomodado com a decisão de ontem, pode-se votar  
30 agora a questão do zero para os 2 processos. O Conselheiro Vanderli Fava de  
31 Oliveira falou que não se deve levantar descontentamento por questões pontuais,  
32 somente fazendo-se isto somente quando aparecerem razões suficientes. O  
33 Presidente argumentou que a Resolução tem que retratar as decisões do Conselho  
34 e o Conselho, quando julgar necessário, que retome o assunto e destacou que  
35 existe uma decisão deste Conselho que pode desagradar algum Conselheiro e  
36 prosseguiu a discussão do ponto onde houve interrupção. A Conselheira Eleuza  
37 Maria Rodrigues Barboza propôs a eliminação por zero na prova, pois contempla  
38 tanto ontem quanto hoje. O Presidente disse que a Universidade está buscando  
39 reforçar os propósitos do ensino médio, devendo-se estimular a valorização de  
40 todos os conteúdos do ensino médio, propondo também a eliminação do zero por  
41 conteúdo. O Conselheiro Lourival Batista de Oliveira Júnior manifestou-se favorável  
42 à proposta de não poder zerar a prova, destacando que os processos continuam  
43 diferentes e definição de áreas afins é muito complicada. O Conselheiro Carlos  
44 Elízio Barral Ferreira defendeu coerência na decisão, considerando que para  
45 diferenciar quem está mais preparado, o candidato não pode zerar nenhum  
46 conteúdo. Colocando em votação, a proposta de eliminação na segunda etapa,  
47 com zero por conteúdo, obteve 15 votos favoráveis e a proposta de eliminação na  
48 segunda etapa, com zero em Português ou áreas afins, obteve 12 votos favoráveis  
49 e houve 01 abstenção. O Presidente colocou em discussão a proposta de inclusão  
50 da redação e ressaltou que estava perto não haver mais quorum, solicitando  
51 objetividade e que só haverá votação quando o plenário se sentir esclarecido para  
52 tal. A Conselheira Viviane Souza Pereira argumentou que existe uma diferença  
53 clara e evidente entre a construção de um texto e a resposta de uma questão  
54 discursiva, que com a exclusão da redação, uma série de habilidades deixarão de



1 ser avaliadas. O Conselheiro Flávio Sereno Cardoso mencionou o exemplo  
2 concreto do candidato que não souber determinado conteúdo deixará de ser  
3 avaliado. A Conselheira Denise Barros Weiss disse que era de se esperar que o  
4 Departamento de Letras defendesse a manutenção da prova de redação, o que  
5 não ocorreu e perguntou quantas vezes na vida prática se fez uma redação e disse  
6 a prova de redação tem mostrado outra realidade. O Conselheiro Ignácio José  
7 Godinho Delgado falou que o conhecimento que os alunos devem ter em relação a  
8 temas contemporâneos será cobrado em alguns conteúdos que têm este perfil,  
9 como Geografia e História e reforçou que as decisões a serem tomadas serão para  
10 os Vestibulares de 2002 e 2003, que deve tentar homogeneizar. O Presidente  
11 perguntou se o plenário se sentia esclarecido e colocando em votação, a proposta  
12 da não inclusão da redação obteve 16 votos favoráveis, a proposta de inclusão da  
13 redação obteve 10 votos favoráveis e houve 02 abstenções. Ficou decidido que  
14 não haverá prova de redação. O Presidente colocou em discussão a inclusão da  
15 revisão de prova e informou que a proposta da Comissão Normativa é de que não  
16 haja revisão e o PISM terá revisão a partir de 2002. Os Conselheiros Vanderli Fava  
17 de Oliveira, , Mônica De Lourdes de Araújo Silva, Ignácio José Godinho Delgado e  
18 Brenno Gomes Nunes manifestaram-se favoráveis à inclusão da revisão. O  
19 Conselheiro Carlos Elízio Barral Ferreira perguntou se há muitos pedidos de  
20 revisão e se percentual de alteração é alto, tendo o Presidente informado que são  
21 muitos pedidos, mas o percentual de alteração é baixo. A Conselheira Juliana  
22 Anacleto dos Santos perguntou se existe a possibilidade de inclusão do pedido de  
23 revisão no III módulo do PISM, tendo o Presidente informado que não é possível,  
24 tendo em vista o Edital publicado. A Conselheira Bernadete Maria de Sousa falou  
25 que a fim de preservar o princípio da igualdade, considera um contrasenso não  
26 permitir a revisão, mesmo para os módulos já realizados. O Presidente argumentou  
27 que considera inexecutável, não sendo apenas uma questão legal, pois o candidato  
28 pode ter desistido do processo em função de notas baixas e há também que avaliar  
29 do ponto de vista operacional. O Conselheiro José Acácio de Barros falou que não  
30 se pode perder de vista que são dois processos diferentes e para se permitir  
31 justiça, não se deve correr em outro erro. O Conselheiro Ignácio José Godinho  
32 Delgado perguntou porque não criar a revisão para o III módulo do PISM, tendo o  
33 Presidente argumentado que ao criar revisão para o Vestibular está se permitindo  
34 ao candidato que sejam revistas 6 questões, oportunidade que o candidato do  
35 PISM só teria para 2 questões, com a inclusão da revisão, além de mencionar o  
36 fato do Edital já publicado. O Cléverson Raimundo Sbarzi Guedes ressaltou que o  
37 Edital do PISM em referência já foi publicado há 3 anos. O Conselheiro Carlos  
38 Elízio Barral Ferreira ponderou que pode-se criar um problema legal ao se incluir a  
39 revisão. O Presidente destacou que se está trabalhando na homogeneização dos 2  
40 processos e colocando em votação, a proposta de não inclusão da revisão obteve  
41 06 votos favoráveis e a proposta de inclusão da revisão obteve 18 votos favoráveis  
42 e houve 01 abstenção. Ficou incluída a revisão no Vestibular. A Conselheira  
43 Mônica de Lourdes de Araújo Silva disse que gostaria que o Conselho se  
44 manifestasse de quem é a competência para elaboração das provas do Vestibular  
45 e que oficializasse no documento e que constasse em ata que isto seria discutido  
46 neste Conselho. O Presidente propôs, por questão de ordem operacional, que se  
47 discuta o ponto da pauta de hoje primeiramente, que é a estrutura dos processos  
48 de ingresso, podendo-se discutir o referido assunto numa próxima reunião. O  
49 Conselheiro Cléverson Raimundo Sbarzi Guedes solicitou que seja incluída a  
50 discussão da destinação ou não de vagas para o PISM. O Conselheiro André  
51 Arbex Hallack fez um apelo à Presidência do Conselho, no sentido de que estes  
52 assuntos venham o mais rápido possível para discussão neste Conselho. A  
53 Conselheira Bernadete Maria de Souza falou que ficou decidido, anteriormente, que  
54 serão 2 dias para a prova de múltipla escolha e não foi mencionado o tempo de



1 duração da prova, tendo o Presidente destacado que se pode tomar como  
 2 referência o tempo da prova aplicada atualmente. O Presidente colocou em  
 3 discussão o último assunto, o critério de classificação na lista única, informando a  
 4 existência de uma proposta de se remeter a proposta da Comissão Normativa para  
 5 apreciação por especialistas e, em seguida, perguntou se seria um  
 6 encaminhamento consensual que o critério da lista única seja remetido para análise  
 7 de técnicos. O Conselheiro José Acácio de Barros perguntou qual seria o prazo  
 8 para a realização deste trabalho e o Conselheiro Cléverson Raimundo Sbarzi  
 9 Guedes sugeriu 30 dias. O Presidente informou que o relatório será remetido aos  
 10 Conselheiros e será pautado na próxima reunião subsequente. O Conselheiro  
 11 Ignácio José Godinho Delgado solicitou, antecipadamente, a aprovação da  
 12 participação de um membro da equipe de técnicos, para melhor esclarecer o  
 13 assunto, o que foi aceito por todos. A Conselheira Juliana Anacleto dos Santos  
 14 registrou que " O DCE encaminha à mesa do CONGRAD o repúdio a aprovação de  
 15 não inclusão da prova de redação no Vestibular 2002/2003 e no PISM. A falta de  
 16 ponderação e o endosso da Pró-Reitoria de Graduação à essas decisões". O  
 17 Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os Conselheiros, encerrando a  
 18 reunião. E, para constar, lavrei a presente ata, que transcrevo, dato e assino.

19 Juiz de Fora, 18 de abril de 2001.

20 *Valéria Burla de Aguiar*  
 21 Profa. Valéria Trevizani Burla de Aguiar  
 22 Pró-Reitora Adjunta de Graduação

23 *Edson Vieira da Fonseca Faria*  
 24 Prof. Edson Vieira da Fonseca Faria  
 25 Pró-Reitor de Graduação

26  
 27  
 28  
 29 Ata aprovada na reunião do dia 22 / 05 / 2001

*Georgina Costa*  
*Ign. J. Acácio de Barros*  
*Márcia Inês de Aguiar*  
*Juliana Anacleto dos Santos*  
*Ignácio José Godinho Delgado*  
*Cléverson Raimundo Sbarzi Guedes*  
*Edson Vieira da Fonseca Faria*  
*Valéria Burla de Aguiar*  
*Profa. Valéria Trevizani Burla de Aguiar*  
*Prof. Edson Vieira da Fonseca Faria*